



NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

NORMA DE GESTÃO N.º 2/NORTE2020/2015¹

Cumprimento das regras associadas à contratação pública

[Operações públicas]

23.dezembro.2015

¹ Não aplicável aos beneficiários dos Sistemas de Incentivos que adotam, nesta temática, as orientações vertidas no Manual de Procedimentos aplicável aos Organismos Intermédios.

CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Descrição
1	23/12/2015	Norma de Gestão sobre o cumprimento das regras associadas à contratação pública (Versão inicial)

ÍNDICE

1. OBJETIVO DA ORIENTAÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO LEGAL – MATÉRIAS MAIS RELEVANTES.....	4
2.1. LEGISLAÇÃO MAIS RELEVANTE	4
2.2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP)	7
2.2.1. Âmbito de aplicação subjetiva.....	7
2.2.2. Âmbito de aplicação objetiva	10
2.2.3. Escolha do procedimento	10
2.3. REGRAS APLICÁVEIS ÀS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DO NORTE 2020 QUE NÃO SEJAM, NO ÂMBITO DO CCP, ENTIDADES ADJUDICANTES	13
2.3.1. Equiparação.....	13
2.3.2. Procedimento de consulta.....	14
2.3.3. Ajuste direto por critérios materiais	14
2.4. SITUAÇÕES QUE REQUEREM PARTICULAR ATENÇÃO POR PARTE DAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS	14
3. METODOLOGIA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	17
ANEXOS	19

1. OBJETIVO DA ORIENTAÇÃO

Considerando que as operações financiadas pelo NORTE 2020 devem respeitar as disposições comunitárias e nacionais atinentes à adjudicação de contratos públicos, a presente Norma tem por objetivo clarificar, junto dos Beneficiários deste Programa, a aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos.

Pretende-se ainda com esta Norma enunciar a metodologia de verificação adotada pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020, tendo em vista o cumprimento das regras dos mercados públicos. Esta tarefa destina-se a suportar a verificação da elegibilidade da despesa e do cumprimento das exigências legais, procurando prevenir, sempre que possível, a ocorrência de situações de irregularidade.

Com efeito, e embora a responsabilidade pelo cumprimento dos normativos legais, em matéria de contratação pública, seja sempre das entidades beneficiárias, impende sobre a Autoridade de Gestão do NORTE 2020, bem como sobre as entidades por esta designada, o dever de verificar *à posteriori* os documentos que fundamentam a adjudicação e os contratos celebrados, acompanhando a sua execução.

De acordo com Norma 02/AD&C/2015 da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 deverá proceder à verificação da conformidade das despesas com as regras nacionais e comunitárias em matéria de contratação pública. Como princípio geral, os procedimentos de contratação pública têm que ser analisados na fase de seleção e aprovação da operação ou na fase de execução aquando da apresentação da primeira despesa relativa ao contrato em causa, quando na primeira fase os procedimentos não têm maturidade suficiente.

As situações relacionadas com a contratação pública que mais frequentemente dão origem à necessidade de esclarecimentos adicionais na sequência de ações de verificação, acompanhamento e controlo são as seguintes:

- A falta de fundamentação legal de procedimentos específicos, nomeadamente por ajuste direto em função de critérios materiais;
- Omissões da publicitação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, quando exigível;
- Falhas na análise das propostas: falta de fundamentação da exclusão das propostas; relatórios de avaliação de propostas que não evidenciam com clareza os critérios de seleção, a sua pontuação e a sua aplicação; dificuldades pontuais em seguir a evolução do processo desde o anúncio do concurso até à adjudicação;
- Inclusão nos critérios de adjudicação de ponderadores ilegais relativos à capacidade financeira, técnica ou à experiência dos concorrentes;
- A ilegal prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no caso de apresentação de listas de erros e omissões, após a suspensão dos 60 dias, sem que em causa estejam aspetos fundamentais das peças do procedimento;

- A não publicação no Jornal Oficial da União Europeia ou no Diário da República Eletrónico da prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas;
- Trabalhos a mais em que a imprevisibilidade dos mesmos não foi demonstrada;
- Fracionamento artificial dos contratos para recorrer a procedimentos menos exigentes;
- Prorrogação dos períodos de execução dos contratos, que deviam dar origem a novos procedimentos;
- Utilização de marcas e/ou referências específicas nas peças do procedimento desacompanhadas da expressão «ou tipo e/ ou equivalente», uma vez que tal situação poderá conduzir a algum tipo de discriminação e/ou provocar um efeito dissuasor à apresentação de propostas.
- Omissão da comunicação ao Serviço de Publicações Oficiais da Comunidade Europeia da adjudicação (nos termos do nº 1 do artº 78º do CCP, quando o procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias – JOUE).

2. ENQUADRAMENTO LEGAL – MATÉRIAS MAIS RELEVANTES

A presente Norma tem como suporte jurídico o abaixo elencado, aplicando-se, aos procedimentos iniciados após a entrada em vigor, a 30 de julho de 2008, do regime de contratação pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas.

2.1. LEGISLAÇÃO MAIS RELEVANTE

Comunitária

- **Diretiva 2004/17/CE** de 31.03.2004, in JOUE de 30.04.2004, L 134, do Parlamento Europeu e do Conselho, - relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais.
- **Diretiva 2004/18/CE** de 31.03.2004, in JOUE de 30.04.2004, L 134, do Parlamento Europeu e do Conselho, Relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços.
- **Diretiva 2005/51/CE** da Comissão, de 07.09.2005, in JOUE 01.10.2005, L257 - que altera o anexo XX da Diretiva 2004/17/CE e o anexo VIII da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os contratos públicos.

- **Diretiva 2005/75/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 16.11.2005, in JOUE de 09.12.2005, L327 - que retifica a Diretiva 2004/18/CE relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços.
- **Diretiva 2014/24/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE².
- **Diretiva 2014/23/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão.
- **Regulamento (CE) 1564/2005** da Comissão de 07.09.2005, in JOUE de 01.10.2005, L257 - que estabelece os formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos em conformidade com as Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.
- **Regulamento (CE) 1422/2007**, de 04.12.2007, in JOUE de 05.12.2007, L 317 - altera o artigo 16º e o artigo 61º da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho CE 2004/17/CE, de 30-04, bem como o artigo 7º, o artigo 8º, o artigo 56º, o artigo 63º e o artigo 67º da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho CE 2004/18/CE, de 30/04.
- **Regulamento (CE) 213/2008** da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CE) 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV (Texto relevante para efeitos do EEE).
- **Regulamento (EU) 1336/2013**, da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Diretivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos.
- **Regulamento de Execução (UE) 2015/1986**, da Comissão de 11 de novembro que estabelece os formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento de Execução (UE) 842/2011 - entra em vigor a 18.04.2016 - cfr. artigo 9º.
- **Regulamento Delegado (UE) 2015/2170**, da Comissão de 24 de novembro de 2015 que altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos - entra em vigor em 1 de janeiro de 2016 – cfr. artigo 2º.
- **Regulamento Delegado (UE) 2015/2172**, da Comissão de 24 de novembro de 2015 que altera a Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos – entra em vigor em 1 de janeiro de 2016 – cfr. artigo 2º.

² A Diretiva 2004/18/CE é revogada com efeitos a partir de 18 de abril de 2016.

- **Regulamento (UE) 2015/2342**, da Comissão de 15 de dezembro de 2015 que altera a Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos - entra em vigor em 1 de janeiro de 2016 – cfr. artigo 2º.

Nacional

- **Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro** - Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo

Com as alterações que lhe foram introduzidas pelos seguintes diplomas legais:

- Declaração de Retificação 18-A/2008, de 28/03
- Lei 59/2008, de 11/09
- Decreto-Lei 223/2009, de 11/09
- Decreto-Lei 278/2009, DE 02/10
- Lei 3/2010, de 27/04
- Decreto-Lei 131/2010, de 14/12
- Lei 64-B/2011, de 30/12
- Decreto-Lei 149/2012, de 12/07
- **Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho** - Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos.
- **Portaria 701-A/2008, de 29 de julho** - Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicitarem no Diário da República
- **Portaria 701-B/2008, de 29 de julho** - Nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição
- **Portaria 701-D/2008, de 29 de julho** - Aprova o modelo de dados estatísticos
- **Portaria 701-E/2008, de 29 de julho** - Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra
- **Portaria 701-F/2008, de 29 de julho** - Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)
- **Portaria 701-G/2008, de 29 de julho** - Define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas

- **Portaria 701-H/2008, de 29 de julho** - Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias
- **Portaria 701-I/2008, de 29 de julho** - Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas
- **Portaria 701-J/2008, de 29 de julho** - Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos de investigação e desenvolvimento e cria a respetiva comissão
- **Despacho Normativo 35-A/2008, de 29 de julho** - Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República. Revoga o Despacho Normativo 38/2006, de 30 de junho
- **Decreto-Lei 200/2008, de 19 de outubro** (alterado pelo Decreto-Lei 108/2011, de 17 de novembro) - estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Código dos Contratos Públicos.
- **Regulamento 330/2009, de 30 de julho** - Regulamento do Sistema Nacional de Compras Públicas
- **Portaria 959/2009, de 21 de agosto** - É aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas, anexo a esta Portaria.
- **Resolução 14/2011** - 1ª S/PL do Tribunal de Contas - Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia (consultável no site do Tribunal de Contas).
- **Lei 41/2015, de 3 de junho** - Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revogou, a partir de 2 de julho de 2015, o Decreto-Lei 12/2004, de 9 de janeiro, a Portaria 14/2004, de 10 de janeiro; a Portaria 16/2004, de 10 de janeiro; a Portaria 18/2004, de 10 de janeiro; e a Portaria 19/2004, de 10 de janeiro.

2.2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP)

2.2.1. Âmbito de aplicação subjetiva

São consideradas **entidades adjudicantes**, as previstas no artigo 2º, nº 1 do CCP que constituem a denominada Administração Pública tradicional:

- a. O Estado;
- b. As Regiões Autónomas;
- c. As autarquias locais;
- d. Os institutos públicos;

- e. As fundações públicas;
- f. As associações públicas;
- g. As associações de que façam parte uma ou várias das pessoas coletivas referidas nas alíneas anteriores, desde que sejam maioritariamente financiadas por estas, estejam sujeitas ao seu controlo de gestão ou tenham um órgão de administração, de direção ou de fiscalização cuja maioria dos titulares seja, direta ou indiretamente, designada pelas mesmas.

São **também entidades adjudicantes**, as previstas no artigo 2.º, n.º 2 do CCP que consagra o conceito comunitário de organismos de direito público e que são:

- a. Quaisquer pessoas coletivas que, independentemente da sua natureza pública ou privada:
 - i) Tenham sido criadas especificamente para satisfazer necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial, entendendo-se como tal aquelas cuja atividade se não submeta à lógica do mercado e da livre concorrência e,
 - ii) Sejam maioritariamente financiadas pelas entidades referidas no número anterior, estejam sujeitas ao seu controlo de gestão ou tenham um órgão de administração, de direção ou de fiscalização cuja maioria dos titulares seja, direta ou indiretamente, designada por aquelas entidades;
- b. Quaisquer pessoas coletivas que se encontrem na situação referida na alínea anterior relativamente a uma entidade que seja, ela própria, uma entidade adjudicante nos termos do disposto na mesma alínea;
- c. As associações de que façam parte uma ou várias das pessoas coletivas referidas nas alíneas anteriores, desde que sejam maioritariamente financiadas por estas, estejam sujeitas ao seu controlo de gestão ou tenham um órgão de administração, de direção ou de fiscalização cuja maioria dos titulares seja, direta ou indiretamente, designada pelas mesmas;

Sem prejuízo do eventual enquadramento legal das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no âmbito do nº2 do artigo 2º do CCP, cabe dar nota que as que recebam apoios financeiros deverão observar o estabelecido no CCP nas empreitadas de obras de construção ou grande reparação pertencentes às instituições (vide a alteração introduzida em 2014 ao artº 23º do Decreto-Lei 119/83, de 25/02 em 2014 pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14/11).

São, ainda, **entidades adjudicantes, nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais** nos termos do artigo 7.º, n.º 1 do CCP as seguintes:

- a. Quaisquer pessoas coletivas não abrangidas pelo artigo 2º, ainda que criadas especificamente para satisfazer necessidades de interesse geral, com carácter industrial ou comercial, que exerçam uma ou várias atividades nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e em relação às quais qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2º possa exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante (considera-se que uma entidade adjudicante pode exercer influência dominante quando detiver, nomeadamente, a maioria do capital social, a maioria dos direitos de voto, o controlo de gestão ou o direito de

designar, direta ou indiretamente, a maioria dos titulares de um órgão de administração, de direção ou de fiscalização);

- b. Quaisquer pessoas coletivas não abrangidas pelo artigo 2º que gozem de direitos especiais ou exclusivos não atribuídos no âmbito de um procedimento de formação de contrato com publicidade internacional e que tenham por efeito:
 - i) Reservar-lhes, isolada ou conjuntamente com outras entidades, o exercício de uma ou várias atividades nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais; e
 - ii) Afetar substancialmente a capacidade de quaisquer outras entidades exercerem uma ou várias dessas atividades;
- c. Quaisquer pessoas coletivas constituídas exclusivamente por entidades adjudicantes referidas nas alíneas anteriores ou que sejam por elas maioritariamente financiadas, estejam sujeitas ao seu controlo de gestão ou tenham um órgão de administração, de direção ou de fiscalização cuja maioria dos titulares seja, direta ou indiretamente, designada por aquelas entidades, desde que se destinem ao exercício em comum de atividade nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais.

As regras previstas no CCP relativas à **formação de contratos de empreitadas de obras públicas** são igualmente aplicáveis no caso de formação de contratos de empreitada **celebrados pelas entidades não mencionadas anteriormente** desde que cumulativamente (art 275º, nº 1 do CCP):

- a. Sejam financiados diretamente em mais de 50 % por qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2.º;
- b. O respetivo preço contratual seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do artigo 19.º

As regras previstas no CCP relativas à **formação de contratos de aquisição de serviços** são também aplicáveis no caso da formação de contratos de aquisição de serviços celebrados por **entidades não referidas no artigo 2.º ou no nº 1 do artigo 7.º**, desde que (art 275º, nº 2 do CCP):

Sejam financiados diretamente em mais de 50 % por qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2º;

- a. O respetivo preço contratual seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do nº 1 do artigo 20º e
- b. Sejam complementares, dependentes ou se encontrem, por qualquer forma, relacionados com o objeto de um contrato de empreitada a cuja formação é aplicável o presente Código nos termos do disposto no número anterior.

2.2.2. Âmbito de aplicação objetiva

Para as entidades identificadas no ponto anterior, o regime procedimental fixado no CCP abrange de acordo com o artigo 16.º, nº 2 os seguintes contratos:

- a. Empreitada de obras públicas;
- b. Concessão de obras públicas;
- c. Concessão de serviços públicos;
- d. Locação ou aquisição de bens móveis;
- e. Aquisição de serviços;
- f. Contrato de sociedade;
- g. Outros contratos submetidos à livre concorrência.

2.2.3. Escolha do procedimento

Segundo o artigo 16º, nº 1 do CCP para a formação de contrato cujo objeto abranja prestações que estão ou sejam suscetíveis de estar submetidas à concorrência de mercado, as entidades adjudicantes devem adotar um dos procedimentos previstos na lei (princípio da tipicidade dos procedimentos):

Tipos de procedimentos	Subtipos de procedimentos	Artigos do CCP
Ajuste directo	Regime simplificado	112º a 113º e 128º a 129
	Regime normal	112º a 127º
Concurso público	Concurso público normal	130º a 154º
	Concurso público urgente	155º a 161º
	Concurso público urgente para empreitadas	Artigo 34º do DL 36/2015, de 09.03.
Concurso limitado por prévia qualificação	Modelo simples	162º a 192º
	Modelo complexo	162º a 192º
Procedimento de negociação (com publicação prévia de anúncio)		193º a 203
Diálogo concorrencial		204º a 218º

A escolha do procedimento terá em conta as seguintes regras:

a) Escolha do procedimento em função do valor do contrato (artigos 17º a 22º CCP)

Tipo de Procedimento	Entidades adjudicantes	Tipo de contrato	Valor do contrato	Normas do CCP
Ajuste Direto	Entidades adjudicantes artigo 2º do CCP	Bens e serviços	Até 75.000,00 €	20º, nº 1, alínea a)
		Empreitadas de obras públicas	Até 150.000,00 €	Artigo 19º, alínea a)
	Qualquer entidade adjudicante	Restantes contratos que não contratos de concessão de obras públicas, de contratos de concessão de serviços públicos e de contratos de sociedade	Até 100.000,00 €	Artigo 21º, nº 1, alínea a)
Concurso público de âmbito nacional	Estado (artigo 2º, nº 1, alínea a) do CCP)	Empreitadas de obras públicas	Até ao limiar comunitário aplicável	Artigo 19º, alínea b)
		Bens e serviços	Até ao limiar comunitário aplicável	Artigo 20º, nº 2
			Até ao limiar comunitário aplicável	Bens e serviços mencionados nas alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 20º
	Outras entidades adjudicantes	Empreitada de obra pública	Até ao limiar comunitário aplicável	Artigo 19º, alínea b)
		Bens e serviços	Até ao limiar comunitário aplicável	Artigo 20º, nº 1, b)

b) Escolha do procedimento em função de critérios materiais (artigos 23º a 30º CCP)

Um outro método de escolha do procedimento é a verificação de um dos critérios materiais tipificados na lei (artigos 23º a 30º do CCP), o qual deve ser devidamente fundamentado na decisão de contratar.

c) Outras regras de escolha do procedimento: tipo de contrato (artigo 31º CCP); escolha do procedimento nos contratos mistos (artigo 32º CCP) e atividade da entidade adjudicante (artigo 33º CCP)

O artigo 31º do CCP estabelece o regime de escolha do procedimento em função do tipo de contrato (concessão de obra pública, concessão de serviço público e contrato de sociedade).

Por seu turno, o artigo 32º consagra o critério de escolha do procedimento relativamente aos contratos mistos, isto é, quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnica ou funcionalmente incindíveis ou, não o sendo, se a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante.

Por último o artigo 33º identifica a metodologia de escolha do procedimento adequado tendo atividade da entidade adjudicante - Contratos nos sectores especiais. Este normativo comina que sem prejuízo da escolha do procedimento do ajuste direto tendo em conta os critérios materiais previstos nos artigos 24º a 27º e no nº 3 do artigo 31º a formação de contratos que digam direta e principalmente respeito

a uma ou a várias das atividades exercidas nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais pelas entidades adjudicantes referidas no nº 1 do artigo 7º do CCP devem adotar, em alternativa, o concurso público, o concurso limitado por prévia qualificação ou o procedimento de negociação. Acrescentando o mesmo normativo que não pode ser adotado o procedimento de diálogo concorrencial.

Síntese (Sectores especiais):

Procedimentos	Tipo de contrato	Valor do contrato
Procedimento «ad hoc»	Empreitadas de obras públicas	Até ao limiar comunitário aplicável
	Bens e serviços	Até ao limiar comunitário aplicável
Concurso público Concurso limitado por prévia qualificação Procedimento por negociação	Empreitadas e concessão de obras públicas, aquisição de bens e serviços com publicidade internacional	Sem limite
	Concessão de serviços públicos sem publicidade internacional	Sem limite

Para efeitos de aferição do disposto nos artigos 19º e 20º do CCP apresentamos infra os limiares comunitários aplicáveis:

Diretiva 2004/18/CE – sectores gerais

Tipos de contrato	Regulamento 1251/2011, de 30.11.2011	Regulamento 1336/2013 De 13.12.2013	Regulamento 2015/2342 De 15.12.2015
<i>Entrada em vigor</i>	01.01.2012	01.01.2014	01.01.2016
Contratos públicos de fornecimento e de serviços	130.000€	134.000€	135.000€
Contratos públicos de fornecimento e de serviços pelas entidades não mencionadas no anexo IV	200.000€	207.000€	209.000€
Contratos de empreitada de obras públicas	5.000.000 €	5.186.000€	5.225.000€

Diretiva 2004/17/CE – sectores especiais

Tipos de contrato	Regulamento 1251/2011, de 30.11.2011	Regulamento 1336/2013 De 13.12.2013	Regulamento 2015/2342 De 15.12.2015
<i>Entrada em vigor</i>	01.01.2012	01.01.2014	01.01.2016
Contratos públicos de fornecimento e de serviços	400.000€	414.000€	418.000€
Contratos de conceção	400.000€	414.000€	418.000€
Contratos de empreitada de obras públicas	5.000.000 €	5.186.000€	5.225.000€

2.3. REGRAS APLICÁVEIS ÀS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DO NORTE 2020 QUE NÃO SEJAM, NO ÂMBITO DO CCP, ENTIDADES ADJUDICANTES

As regras que de seguida se enunciam aplicam-se às entidades beneficiárias do NORTE 2020 que não sejam entidades adjudicantes por não reunirem os requisitos legais enunciados no CCP.

2.3.1. Equiparação

Caso a entidade beneficiária não seja, nos termos do CCP, uma entidade adjudicante, deve seguir o seguinte regime:

Empreitadas:

- a) Para contratos com valores iguais ou superiores ao limiar comunitário as entidades beneficiárias devem seguir o procedimento do Concurso Público Internacional de acordo com regime jurídico nacional (CCP) e comunitário (Diretivas) da Contratação Pública previsto para os Organismos de Direito Público.
- b) Para contratos com valores iguais ou superiores a 350.000,00€ mas abaixo do limiar comunitário, as entidades beneficiárias devem seguir o procedimento de Concurso Público estabelecido no CCP.
- c) Para contratos com valores iguais ou superiores a 150.000,00€ mas abaixo dos 350.000€, as entidades beneficiárias têm de consultar, no mínimo, 3 entidades.
- d) Para contratos com valores inferiores a 150.000,00€ não será necessário formalizar um procedimento de contratação pública.

Aquisição de Bens ou Serviços

- a) Para contratos com valores iguais ou superiores ao limiar comunitário as entidades beneficiárias devem seguir o procedimento do Concurso Público Internacional de acordo com regime jurídico nacional (CCP) e comunitário (Diretiva) da Contratação Pública previsto para os Organismos de Direito Público.
- b) Para contratos com valores iguais ou superiores a 75.000,00€ mas inferiores ao limiar comunitário, as entidades beneficiárias têm de consultar, no mínimo, 3 entidades.
- c) Para contratos com valores inferiores a 75.000,00€ não será necessário formalizar um procedimento de contratação pública.

2.3.2. Procedimento de consulta

Nos casos em que as entidades beneficiárias têm de consultar, no mínimo, 3 entidades têm a possibilidade de seguir os procedimentos previstos no CCP (Concurso Público ou Ajuste Direto com convite a três ou mais entidades) ou optar por um procedimento simplificado do qual conste as seguintes evidências:

- 1) Convite com indicação do critério de adjudicação (mais baixo preço ou proposta economicamente mais vantajosa);
- 2) Relatório onde se demonstre a escolha da entidade adjudicatária com a aplicação do critério de adjudicação;
- 3) Contrato Escrito.
- 4) Publicitação no portal da Internet «<http://www.base.gov.pt>» do contrato nos termos do artigo 127º do CCP.

2.3.3. Ajuste direto por critérios materiais

A presente Norma admite, todavia, que as entidades beneficiárias consideradas, nos termos do CCP como entidades não adjudicantes, e que, nos termos acima mencionados, devem seguir o procedimento do Concurso Público, adotem um procedimento de ajuste direto em função de critérios materiais, conforme previsto nos artigos 23.º a 27.º do CCP

Neste caso deve o Beneficiário fundamentar, nos termos dos dispositivos legais acima referidos esta escolha de procedimento.

2.4. SITUAÇÕES QUE REQUEREM PARTICULAR ATENÇÃO POR PARTE DAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

a) Escolha do procedimento - fracionamento

Atento o disposto nos nºs 1 e 2 do CCP para a escolha do procedimento, deve-se ter em conta não só o preço base mas também o valor de quaisquer contraprestações a efetuar em favor do adjudicatário e ainda o valor das vantagens que decorram diretamente para este da execução do contrato e que possam ser configuradas como contrapartidas das prestações que lhe incumbem. Só assim se escolherá o procedimento adequado evitando, assim, a fraude às regras da concorrência.

De igual modo, há que evitar situações que indiciem fracionamento de despesa com intenção de a subtrair a determinado procedimento mais exigente. Mesmo nos casos em que haja necessidade de fracionar a execução de uma determinada componente (divisão em lotes) no âmbito do projeto, por motivos devidamente justificados (p.e. disponibilidade de terrenos, dificuldades orçamentais, execução

de outras componentes associadas), deve optar-se pelo procedimento que resultaria da sua execução global. Está nesta situação a execução por fases ou lotes de uma determinada intervenção.

b) Extensão do âmbito de aplicação do CCP a contratos subsidiários

No art. 275.º do CCP é consagrado um regime de extensão objetiva para os contratos subsidiados. Este artigo estabelece a aplicação das regras de contratação pública à formação de contratos de empreitadas de obras públicas e prestações de serviços associados a contratos de empreitadas de obras públicas, independentemente da natureza jurídica da entidade outorgante, desde que sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- i) Financiamento público superior a 50%;
- ii) Valor contratual igual ou superior aos limiares comunitários.

Para efeitos de apuramento do financiamento público deve-se considerar o montante total de incentivo atribuído ao contrato, independentemente da natureza que este possa assumir.

Tem sido entendimento da Inspeção-Geral de Finanças – na qualidade de Autoridade de Auditoria – que para efeitos da determinação do valor do contrato de empreitada deve tomar-se em consideração o valor correspondente às componentes relevantes para a obra, com carácter permanente de ligação material à infraestrutura a construir (nomeadamente, elevadores, equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado, entre outros).

c) Publicitação dos concursos

Os princípios que enformam os procedimentos de contratação pública, plasmados no n.º 4 do artigo 1.º do CCP, visam promover um mais amplo e igualitário acesso dos interessados em contratar, bem como uma maior segurança e clareza dos procedimentos, exigindo-se, neste sentido, que os critérios de adjudicação e as condições essenciais do contrato estejam previamente estabelecidos e divulgados a partir do momento da abertura do procedimento.

Estes princípios acompanham não só a abertura do procedimento, mas também todos os atos subsequentes até à adjudicação, bem como a duração da execução do contrato, sendo crucial que seja dada uma adequada publicidade.

Devem, assim, ser respeitadas as regras de publicitação de concursos definidas pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, relativas aos anúncios pré-procedimentais (artigos 34.º e 35.º do CCP), anúncios procedimentais de publicitação (artigos 130.º, 131.º, 167.º, 197.º e 208.º do CCP), anúncios finais (artigos 78.º e 235.º do CCP) e publicitação obrigatória do artigo 465.º do CCP ao qual se aplica a Portaria 701-F/2008, alterada pela Portaria 85/2013, de 27 de fevereiro, que regula a constituição, funcionamento e gestão do Portal dos Contratos Públicos (www.base.gov.pt).

d) Qualificação dos candidatos e avaliação das propostas

Os princípios da igualdade e da imparcialidade deverão estar salvaguardados no processo de publicitação e admissão dos candidatos ou das propostas concretizando-se através da aplicação transparente e, tanto quanto possível, objetiva dos critérios de seleção ou de adjudicação, divulgados previamente.

Os resultados da avaliação dos candidatos (artigo 52.º do CCP) ou concorrentes (artigo 53.º do CCP) constam de relatórios que fundamentam as decisões tomadas com base nos critérios referidos, com salvaguarda da audiência prévia dos candidatos ou concorrentes.

O Decreto-Lei 18/2008 determina que a qualificação dos candidatos, destinada à avaliação da capacidade técnica e financeira, existe apenas no procedimento concurso limitado por prévia qualificação. Os concorrentes que não demonstram ter os requisitos mínimos para a execução dos trabalhos devem ser excluídos nesta fase, não podendo a capacidade financeira ou técnica e a experiência dos concorrentes ser retomados para a análise das propostas.

Quanto aos critérios de adjudicação, estes são aplicados, nomeadamente, ao ajuste direto e ao concurso público, podendo ser o da proposta economicamente mais vantajosa (al. a), do n.º1, do artigo 74.º e artigo 75.º, ambos CCP) ou o do mais baixo preço (al. b), do n.º1 do artigo 74.º do CCP). Estes critérios dizem respeito única e exclusivamente à proposta apresentada e já não à capacidade técnica e financeira dos candidatos.

Tendo em conta que se avaliam propostas e não candidatos, são considerados como critérios de adjudicação ilegais qualquer fator ou subfactor que diga respeito, direta ou indiretamente, a situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos aos concorrentes, tais como a obrigação de já possuir um estabelecimento ou um representante no país ou região ou a exigência de experiência por parte dos proponentes na elaboração de determinada obra específica.

e) Execução do contrato

O contrato e o caderno de encargos constituem uma base de referência fundamental para a apreciação da elegibilidade da despesa.

Sempre que um contrato inclua trabalhos relativos a diferentes projetos ou relativos a despesas não elegíveis deverão ser acordadas, com o empreiteiro ou fornecedor, modalidades de faturação que facilitem o tratamento dos documentos de despesa, dando-lhe o máximo de transparência. A descrição dos trabalhos efetuados deve respeitar, sempre que possível, as designações das componentes dos projetos constantes das candidaturas.

3. METODOLOGIA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

As entidades beneficiárias do NORTE 2020 que se enquadrem no disposto nos pontos 2.2 e 2.3 devem respeitar as formalidades exigidas nos Anexos 1 e 2 desta Norma, procedendo ao preenchimento dos modelos de Fichas de Cumprimento dos Procedimentos de Contratação Pública – Modelos A e B, por cada procedimento concluído:

Ficha de Cumprimento	Tipo de Entidades	Tipo de Contrato	Valor do Contrato
Modelo A	Entidades adjudicantes (ponto 2.2 da Norma)	Empreitadas de obras públicas	Acima de 10.000,00€
		Bens e serviços	
		Restantes contratos que não contratos de concessão de obras públicas, de contratos de concessão de serviços públicos e de contratos de sociedade	
	Entidades não adjudicantes (ponto 2.3 da Norma)	Empreitadas de obras públicas (alíneas a) e b) do ponto 2.3)	Acima de 350.000,00€
		Bens e serviços (alíneas a) do ponto 2.3)	Acima do limiar comunitário
Modelo B	Entidades não adjudicantes (ponto 2.2 da Norma)	Empreitadas de obras públicas (alíneas a) e b) do ponto 2.3)	De 150.000,00€ até 350.000,00€
		Bens e serviços (alíneas a) do ponto 2.3)	De 75.000,00€ até ao limiar comunitário

Em suma:

As entidades identificadas em 2.2. (entidades adjudicantes nos termos do CCP) devem para cada procedimento proceder ao preenchimento da **Ficha de Cumprimento - Modelo A**.

As entidades não adjudicantes identificadas em 2.3 (entidades não adjudicantes nos termos do CCP) que, nos termos da presente Norma, devam adotar:

- o procedimento de Concurso Público, devem para cada procedimento proceder ao preenchimento da **Ficha de Cumprimento - Modelo A**.
- o procedimento de Concurso Público, mas recorram ao ajuste direto por critérios materiais (conforme previsto nos artigos 23º a 27º do CCP) devem, para cada procedimento desta natureza, proceder ao preenchimento da **Ficha de Cumprimento - Modelo A**
- a consulta a 3 entidades, devem para cada procedimento de consulta, proceder ao preenchimento da **Ficha de Cumprimento - Modelo B**.

Para os contratos de valor igual ou inferior a 10.000 Euros, o Beneficiário está dispensado do preenchimento de qualquer 'Ficha de Cumprimento'.

A 'Ficha de Cumprimento', em conjunto com os elementos documentais nela solicitados, constitui o suporte ao preenchimento da 'Ficha de Verificação dos Procedimentos de Contratação Pública' pela Autoridade de Gestão.

Complementarmente, a Autoridade de Gestão, promoverá a realização de verificações físicas e administrativas junto do Beneficiário bem como de auditorias temáticas, por amostragem, cujos

precisos termos e critérios de seleção/risco serão os definidos no âmbito das respetivas ações de Controlo Interno.

Em caso de incumprimento pelas entidades beneficiárias das regras em matéria de contratos públicos será aplicada pela Autoridade de Gestão a tabela de correções, nos termos das Orientações anexas à Decisão da Comissão C(2013) 9527 final, de 19-12-2013.

Consoante a situação aplicável, o preenchimento e remessa, por parte do Beneficiário, da 'Ficha de Cumprimento', acompanhada dos elementos nelas exigidos, realiza-se através do Módulo Contratação Pública disponível no Balcão 2020, e pode ocorrer:

- no momento da submissão da candidatura, caso o procedimento se encontre concluído, ou
- no momento necessariamente anterior ao da apresentação do pedido de pagamento que integre despesa decorrente desse mesmo procedimento.

Se do processo de verificação da Ficha de Cumprimento resultar na deteção de alguma irregularidade formal ou processual que inviabilize a elegibilidade da despesa associada àquele procedimento de contratação, a Autoridade de Gestão notificará o Beneficiário nesse sentido.

Ainda sobre a obrigatoriedade do preenchimento das Fichas de Cumprimento, por parte do Beneficiário, importa salientar que considerando que a regulamentação aplicável ao NORTE 2020 é omissa relativamente à elegibilidade das despesas decorrentes da execução de trabalhos a mais e de serviços a mais, a Autoridade de Gestão do NORTE 2020, considera as mesmas como não elegíveis.

O mesmo entendimento é aplicável à elegibilidade de despesas decorrentes de trabalhos de suprimentos de erros e omissões.

Não obstante, considerando que a realização dos trabalhos acima referidos releva para a aferição da regularidade da execução dos trabalhos contratados, deve o Beneficiário proceder ao preenchimento dos respetivos itens da 'Ficha de Cumprimento'

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha de cumprimento dos procedimentos de contratação pública-Modelo A

Anexo 2 - Ficha de cumprimento dos procedimentos de contratação pública-Modelo B

ANEXO 1 – FICHA DE CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA- MODELO A³

O Beneficiário confirma que na informação abaixo prestada tomou em consideração o disposto na Legislação aplicável

I. Elementos da Entidade Beneficiária

Identificação			
Número de Identificação Fiscal (NIF)			
Enquadramento legal do Beneficiário (Assinale com uma X o regime aplicável)	Entidade Adjudicante	Artigo 2º, nº 1 Entidades da Administração Pública Tradicional	
		Artigo 2º, nº 2 Organismos de direito público	
	Contratos subsidiados	Regime de extensão Artigo 275º, n.º 1	
		Regime de extensão Artigo 275º, n.º 2	
	Contratos excluídos	Artigo 4.º	
	Contratação excluída	Artigo 5.º	

II. Elementos da Candidatura/Operação

Identificação da Candidatura/Operação	
Identificação da Componente	

III. Elementos da Contratação Pública

Objeto de Contratação	Identificação		
	Data da decisão de contratar		
	Preço base		
Adjudicatário	Identificação		
	NIF		
	Data de Adjudicação		
Contrato	Valor (s/ IVA)		
	Taxa IVA aplicável		
	Data do Contrato		
	Prazo do Contrato		
Tipo de Procedimento pré-contratual		Ajuste direto regime geral	
		Ajuste direto regime simplificado	
		Ajuste direto em função de critério material	
		Concurso público	
		Concurso público urgente	
		Concurso limitado por prévia qualificação	
		Procedimento de negociação	
		Diálogo concorrencial	

³ A preencher pelo beneficiário para cada procedimento de contratação pública- entidades adjudicantes, entidades sujeitas ao regime de extensão e entidades beneficiárias do NORTE 2020 que não sejam entidades adjudicantes na ótica do CCP mas estejam obrigadas a contratar mediante prévio concurso público - ponto 2.3 desta Norma.

IV. Ficha de Cumprimento

Tramitação procedimental		Informações/ Documentos em ficheiro PDF (3)	SIM	NÃO	N.A.	OBS.
1.	Existe uma decisão juridicamente válida a autorizar a abertura do procedimento (decisão de contratar) e a realização da despesa?	Juntar cópia Despacho/Deliberação				
2.	No caso de o procedimento ter sido escolhido em função de critério material, existe fundamentação legal e factual que justifique adequadamente a escolha do mesmo?	Juntar cópia Despacho/Deliberação que deve conter esta fundamentação				
3.	A obra, o bem ou o serviço a contratar esgota-se neste procedimento?	Juntar em anexo uma lista com os contratos adjudicados ao adjudicatário nos últimos 3 anos (com indicação do adjudicatário, do objeto do fornecimento, obra ou serviço, datas e valor dos contratos)				
4.	No caso da empreitada de obras públicas, locação ou fornecimento de bens ou prestação de serviços constituir um lote, a escolha do procedimento respeitou o regime da divisão em lotes?	No caso do fornecimento, obra ou serviço, constituir um lote, juntar justificação para essa divisão, bem como a identificação dos contratos ou procedimentos em curso e respetivos valores				
5.	No caso de procedimento de ajuste direto, foi respeitada a limitação quanto às entidades convidadas para apresentar proposta?	Releva a informação a apresentar em 3				
6.	O procedimento foi publicitado?	Indicação da data do Anúncio/Convite e juntar cópia				
7.	Existe critério de adjudicação devidamente explicitado nas peças do Procedimento, sendo este o único considerado para efeitos de apreciação das propostas dos concorrentes?	Juntar cópia do Programa de procedimento e Caderno de encargos				
8.	O critério de adjudicação, respetivos fatores e subfactores, encontram-se devidamente explicitados nas peças do procedimento?					
9.	Confirma que a capacidade técnica, e/ou económica e/ou financeira dos concorrentes não consta do critério de adjudicação?					
10.	Confirma que a capacidade técnica, e/ou económica e/ou financeira dos concorrentes não foi considerada em sede de apreciação das propostas dos concorrentes?	Cópia do Relatório de Análise das propostas				
11.	Confirma que nas peças do procedimento não existem referências discriminatórias (nomeadamente fabricante, marcas, patentes ou modelos, proveniência)?					
12.	Confirma que disponibilizou, por meios eletrónicos, para consulta dos interessados as peças do procedimento (programa do procedimento e caderno de encargos, e eventuais anexos)?	Juntar evidência				
13.	Caso a não o tenha feito por meios eletrónicos, as peças do procedimento (programa do procedimento e caderno de encargos, e eventuais anexos) foram disponibilizadas atempadamente aos interessados?	Juntar evidência				
14.	Foram pedidos esclarecimentos e/ou retificações das peças do procedimento?	Juntar evidência				

Tramitação procedimental		Informações/ Documentos em ficheiro PDF (3)	SIM	NÃO	N.A.	OBS.
15.	As propostas consideradas apresentam um preço anormalmente baixo ou preço total superior ao preço base?	Relatório Preliminar				
16.	Foram pedidos esclarecimentos ao concorrente que apresentou proposta com preço anormalmente baixo?	Juntar cópia do pedido				
17.	Confirma que as propostas / candidaturas dos concorrentes/candidatos foram avaliadas de forma transparente, baseando-se estrita e unicamente no critério de adjudicação?	Juntar Relatório Final de avaliação das propostas				
18.	Foi realizada a audiência prévia dos concorrentes? Existe análise e decisão das eventuais reclamações apresentadas pelos concorrentes?	Indicar data e juntar Relatório Final de avaliação das propostas				
19.	Existe uma decisão juridicamente válida (Despacho / Deliberação) de adjudicação?	Juntar cópia da Deliberação/decisão				
20.	Foi realizada a notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes (escolhido e preteridos)?	Juntar evidência				
21.	O adjudicatário prestou a qualquer título, direta ou indiretamente assessoria ou apoio técnico, na preparação e elaboração das peças do procedimento?					
22.	Foi publicado o anúncio de adjudicação?	Juntar evidência				
23.	Foi prestada caução para garantia do contrato (quando exigida)?	Juntar cópia do título				
24.	Foi celebrado contrato escrito (quando exigido ou não dispensado)?	Juntar cópia do contrato				
25.	A celebração de contrato precedido do procedimento de ajuste direto (regime geral) foi publicitada no portal da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt), através de ficha conforme o respetivo modelo constante do anexo III do CCP?	Data da publicação				
26.	O contrato foi objeto de fiscalização prévia (visto ou declaração de conformidade) pelo Tribunal de Contas	Juntar cópia do VTC				

V. Execução do Contrato

Execução do contrato		Informações/ Documentos em ficheiro PDF (3)	SIM	NÃO	N.A.	OBS.
1.	Foi elaborado o respetivo auto de consignação?	Juntar cópia do Auto				
2.	Foram efetuadas alterações ao objeto do contrato?					
3.	Foram celebrados contratos adicionais por ajuste direto, encontrando-se os respetivos trabalhos / serviços previstos no contrato inicial e / ou nas respetivas peças do procedimento, nomeadamente no programa do procedimento ou caderno de encargos?					
4.	Os trabalhos/serviços a mais cumpriram os requisitos legais do CCP?					

Execução do contrato		Informações/ Documentos em ficheiro PDF (3)	SIM	NÃO	N.A.	OBS.											
5.	Houve revisão de preços de acordo com o legalmente estabelecido ou com a respetiva cláusula contratual – empreitada de obras públicas?																
6.	Foram autorizadas prorrogações do prazo de conclusão da empreitada de obras públicas/ prestação de serviços e locação ou fornecimento de bens?																
7.	<div> <div>O valor acumulado dos trabalhos a mais /serviços a mais situa-se dentro do limite legalmente permitido?</div> <table> <tr> <th colspan="2">Trabalhos/serviços a mais e a menos</th> </tr> <tr> <td>Valor inicial do contrato</td> <td>€</td> </tr> <tr> <td>(*) Valor total dos trabalhos/serviços a mais</td> <td>€</td> </tr> <tr> <td>(*) Valor total dos trabalhos/serviços a menos</td> <td>€</td> </tr> <tr> <td>Valor percentual dos trabalhos/serviços a mais face ao valor inicial do contrato</td> <td>%</td> </tr> <tr> <td>Valor percentual dos trabalhos/serviços a menos face ao valor inicial do contrato</td> <td>%</td> </tr> </table> <div>(*) O valor total dos trabalhos/serviços a mais e a menos contratados deve ser decomposto e para cada parcela, correspondente a cada tipo de trabalho/serviços, devem ser verificadas as condições factuais e técnicas que conduziram à necessidade da respetiva contratação.</div> </div>	Trabalhos/serviços a mais e a menos		Valor inicial do contrato	€	(*) Valor total dos trabalhos/serviços a mais	€	(*) Valor total dos trabalhos/serviços a menos	€	Valor percentual dos trabalhos/serviços a mais face ao valor inicial do contrato	%	Valor percentual dos trabalhos/serviços a menos face ao valor inicial do contrato	%				
Trabalhos/serviços a mais e a menos																	
Valor inicial do contrato	€																
(*) Valor total dos trabalhos/serviços a mais	€																
(*) Valor total dos trabalhos/serviços a menos	€																
Valor percentual dos trabalhos/serviços a mais face ao valor inicial do contrato	%																
Valor percentual dos trabalhos/serviços a menos face ao valor inicial do contrato	%																
8.	As medições dos trabalhos executados ocorreram nos termos da lei e foram elaborados os respetivos autos?																
9.	A receção provisória da obra ocorreu nos termos legais, foi realizada a vistoria e elaborado o respetivo auto?																
10.	Foi elaborada a conta final de empreitada dentro do prazo fixado e nos termos legalmente estabelecidos?																
11.	A receção definitiva da obra ocorreu nos termos legais, foi realizada a vistoria e elaborado o respetivo auto?																

VI. Observações

Eu abaixo assinado, declaro, sob compromisso de honra que foram observadas todas as formalidades relativas ao cumprimento das regras de contratação pública no presente contrato e que as informações constantes deste Documento correspondem à verdade.

O Representante do Beneficiário (2) _____

(assinatura) _____

----/---/20__

(2) Identificação do cargo/função

ANEXO 2 – FICHA DE CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA- MODELO B⁴

O Beneficiário confirma que na informação abaixo prestada tomou em consideração o disposto na legislação e orientações de gestão aplicáveis.

I. Elementos da Entidade Beneficiária

Identificação	
Número de Identificação Fiscal (NIF)	

II. Elementos da Candidatura/Operação

Identificação da Candidatura/Operação	
Identificação da Componente	

III. Elementos da Contratação Pública

Objeto de Contratação	Identificação	
	Data da decisão de contratar	
	Preço base	
Adjudicatário	Identificação	
	NIF	
	Data de Adjudicação	
Contrato	Valor (s/ IVA)	
	Taxa IVA aplicável	
	Data do Contrato (se aplicável)	
	Prazo do Contrato	
Tipo de Procedimento pré-contratual		Ajuste direto com consulta no mínimo a 3 entidades

IV. Ficha de Cumprimento

Procedimentos		Confirmação da Entidade Beneficiária ⁵			Informações/ Documentos em ficheiro PDF ou autorização para acesso on- line ao procedimento	Observações
		Sim	Não	NA		
1	O tipo de procedimento está adequado ao valor do contrato?				Indicação do valor do contrato (sem IVA)	
2	Foi efetuado convite?				Indicação da data do Convite e apresentação de cópia	
3	Existe relatório com a verificação da aplicação do critério de adjudicação?				Cópia do Relatório de Análise	

⁴ A preencher pelo beneficiário, para cada procedimento de contratação pública, para entidades não adjudicantes na ótica do CCP que apenas tenham que proceder à consulta de três entidades- vide ponto 2.3.1 e ponto 2.3.2 desta Norma.

⁵ No caso de resposta Não ou Não Aplicável, a Entidade Beneficiária deve juntar obrigatoriamente a respetiva fundamentação (no campo Observações e/ou em anexo).

Procedimentos	Confirmação da Entidade Beneficiária ⁵			Informações/ Documentos em ficheiro PDF ou autorização para acesso on- line ao procedimento	Observações
	Sim	Não	NA		
4 Foi celebrado contrato?				Juntar cópia	
5 Foi efetuada publicitação no portal da Internet «http://www.base.gov.pt»? ?				Indicação da data	

A preencher por entidades não sujeitas ao CCP apenas obrigadas à consulta de três entidades

Eu abaixo assinado, declaro, sob compromisso de honra, que as informações constantes deste Documento correspondem à verdade.

O Representante do Beneficiário (2) _____

(assinatura) _____

----/---/20__

(2) Identificação do cargo/função